

O País parado diante do próprio subsolo

No extremo norte do Amapá, a Petrobras finalizou uma instalação incomum: um centro de atendimento para fauna silvestre, com estrutura de hospital – salas cirúrgicas, espaço para estabilização de peixes-boi, golfinhos e tartarugas. Parece ficção. Mas foi uma exigência oficial, inserida no licenciamento para que a estatal pudesse perfurar um poço de petróleo. Detalhe: esse poço está a mais de 500 quilômetros da costa, no meio do oceano.

Mesmo com a unidade pronta, o processo emperra. Ainda falta uma vistoria, uma inspeção do Ibama. E, para isso, tudo precisa se alinhar: autorizações, documentos, agendas públicas, despachos. A máquina estatal gira devagar – às vezes, de propósito.

O argumento usado sempre soa razoável: é preciso cautela ambiental. Mas não é disso que se trata. O que está em jogo é outra coisa. Essa engrenagem não é neutra; ela cumpre uma função política, mesmo quando usa linguagem técnica. O Brasil, diante de seus próprios recursos, vê-se travado. E o travamento é sempre bem-vindo por certos interesses que preferem o país sentado, imóvel, sobre sua riqueza.

Estamos falando de um modelo que veste a roupa da precaução, mas opera como estratégia de contenção. O país que detém reservas valiosas torna-se refém de exigências que se acumulam, como se cada novo passo fosse uma ameaça. E isso não ocorre por acaso. Quando a regulação é usada como trava, a soberania vira uma ficção controlada por pareceres.

É aqui que a narrativa ambiental se cruza com o tabuleiro da geopolítica. O Brasil, cada vez que recua diante de suas possibilidades, entrega margem. Os fundos que vestem o verde como bandeira aplaudem. A paralisia brasileira é uma vitória silenciosa para quem não quer concorrência. Eles não precisam explorar nosso petróleo – basta que a gente continue não explorando.

Essa estrutura se repete. Minério, energia, infraestrutura. A lógica é sempre a mesma: retardar, complicar, redirecionar. A agenda é constantemente travestida de “responsabilidade”, mas o desfecho tende a ser o mesmo: o país dependente, gerenciado por protocolos criados para que nada avance.

Diante disso, cabe uma escolha que não é técnica, nem burocrática. É civilizacional. Ou o Brasil se reconhece como protagonista de sua própria energia, ou seguirá aceitando o papel de figurante em um roteiro escrito por outros. E esse roteiro, vale dizer, não foi feito para nos favorecer.

